



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BAPTISTA DE CEPELOS



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Cepelos, 28 de março de 2019

Índice

Índice	iii
Balanço individual	5
Demonstração individual dos resultados por naturezas.....	6
Demonstração individual de resultados por resposta social	7
Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais	9
Demonstração individual dos fluxos de caixa	11
Anexo.....	12
1. Identificação da Entidade	12
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	14
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	15
3.1. Principais políticas contabilísticas.....	15
3.2. Alterações nas políticas contabilísticas.....	25
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas.....	25
3.4. Correções de erros materiais anteriores	25
3.5. Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.....	25
4. Ativos fixos tangíveis.....	26
5. Ativos intangíveis	27
6. Custos de empréstimos obtidos	28
7. Inventários	28
8. Rendimentos e ganhos	29
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	31
10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	32
11. Instrumentos financeiros.....	33
12. Benefícios dos empregados	35
13. Acontecimentos após a data do balanço.....	36
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	36
15. Outras informações	36
15.1. Investimentos financeiros.....	36
15.2. Diferimentos	36
15.3. Estado e outros entes públicos.....	37
15.4. Gastos / reversões de depreciações e amortizações.....	37

Balanco individual

BALANÇO INDIVIDUAL

ENTIDADE: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BAPTISTA DE CEPELOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: reais

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1.7, 4, 15.4	425.642,21	449.571,82
Investimentos financeiros	3.1.10, 15.1	481,10	216,12
		426.123,31	449.787,94
Ativo corrente			
Inventários	3.1.11, 7	4.564,10	6.735,77
Créditos a receber	3.1.12, 11	27.901,44	28.907,17
Estado e outros entes públicos	3.1.16, 15.3	3.175,00	3.141,81
Diferimentos	15.2	1.750,18	2.341,54
Caixa e depósitos bancários	3.1.12, 11	160.337,20	116.237,84
		197.727,92	157.364,13
Total do ativo		623.851,23	607.152,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.8	0,00	0,00
Resultados transitados	3.1.13	352.587,82	346.177,39
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	3.1.13, 10	174.369,69	183.247,05
		526.957,51	529.424,44
Resultado líquido do período	3.1.13	20.386,99	6.410,43
Total dos fundos patrimoniais	3.1.13	547.344,50	535.834,87
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	3.1.12, 11	25.539,62	24.541,86
Estado e outros entes públicos	3.1.16, 15.3	6.778,56	6.312,25
Outros passivos correntes	3.1.12, 11	44.188,55	40.463,09
		76.506,73	71.317,20
Total do passivo		76.506,73	71.317,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		623.851,23	607.152,07

A Direção

João Maria Valente Martins
 Pe. João Maria Valente Martins
Maria Benilde de Jesus Fernandes
 Maria Benilde de Jesus Fernandes
João Carlos de Sousa
 João Carlos de Sousa
Alvaro de Almeida
 Alvaro de Almeida
António Jorge Tavares Faria
 António Jorge Tavares Faria

O Contabilista Certificado

António Alberto Gomes de Sá
 António Alberto Gomes de Sá, CC nº 20872

Demonstração individual dos resultados por naturezas

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

ENTIDADE: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BAPTISTA DE CEPELOS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	260.015,36	232.733,77
Subsídios, doações e legados à exploração	8	268.348,66	257.563,98
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.1.11, 7	-119.774,71	-116.279,45
Fornecimentos e serviços externos	8	-80.014,25	-68.955,64
Gastos com o pessoal	12	-288.871,56	-277.397,75
Outros rendimentos	8, 10	8.877,69	9.805,03
Outros gastos	8	-1.347,04	-1.918,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		47.234,15	35.551,01
Gastos / reversões de depreciações e amortizações	3.1.7, 4, 15.4, 3.1.9, 5	-26.847,16	-29.140,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20.386,99	6.410,43
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		20.386,99	6.410,43
Imposto sobre o rendimento do período	15.3	0,00	0,00
Resultado líquido do período		20.386,99	6.410,43

A Direção

O Contabilista Certificado

João Manuel Martins

Pe. Joaquim Valente Martins

Maria Benilde Tavares Fernandes

Maria Benilde Tavares Fernandes

Simão Dias da Silva

Simão Dias da Silva

Alberto de Almeida

Alberto de Almeida

António Jorge Tavares Ferreira

António Alberto Gomes de Pinho, CC nº 20572

Demonstração individual de resultados por resposta social

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BAPTISTA DE CEPELOS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Dezembro 2017	ERPI	SAD	C DIA	SAF	B.SOLID
Vendas e serviços prestados	232.733,77	139.643,03	54.850,41	33.859,25	4.381,08	0,00
Subsídios à exploração	257.563,98	71.491,80	144.323,12	39.159,56	2.589,50	0,00
Variação nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-116.279,45	-46.998,98	-37.769,53	-29.286,85	-2.210,09	-14,00
Fornecimentos e serviços externos	-68.955,64	-23.783,49	-20.853,36	-21.061,42	-2.967,37	-290,00
Gastos com o pessoal	-277.397,75	-110.020,51	-71.140,48	-89.271,15	-6.965,61	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos / reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos / reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos / reduções do justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos	9.805,03	4.188,12	2.296,00	3.243,79	17,12	60,00
Outros gastos	-1.918,93	-1.207,55	-3,00	-0,03	-0,60	-707,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	35.551,01	33.312,42	71.703,16	-63.356,85	-5.155,97	-951,75
Gastos / reversões de depreciações e amortizações	-29.140,58	-13.139,57	-7.279,49	-8.232,75	-488,77	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	6.410,43	20.172,85	64.423,67	-71.589,60	-5.644,74	-951,75
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	6.410,43	20.172,85	64.423,67	-71.589,60	-5.644,74	-951,75
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	6.410,43	20.172,85	64.423,67	-71.589,60	-5.644,74	-951,75

Centro Social Paroquial de São João Baptista de Cepelos

Lugar de Casal - Cepelos - Vale de Cambra

NIF: 502 693 665 - Pessoa Coletiva Religiosa - DR nº 71/93, de 25/03 Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais

ENTIDADE: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BAPTISTA DE CEPELOS

NO PERÍODO 2017

		Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam		Total dos fundos patrimoniais
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes líquidos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1				340.040,64		192.124,40	6.136,75	538.301,79		538.301,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					6.136,75			(6.136,75)			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2				6.136,75			(6.136,75)			
RESULTADO INTEGRAL	3							6.410,43	6.410,43		6.410,43
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4 a 7 e 8										
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações							(8.877,35)		(8.877,35)		(8.877,35)
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	8 a 11 e 13 a 15				346.177,39		183.247,05	6.410,43	535.834,87		535.834,87

Centro Social Paroquial de São João Baptista de Cepelos

Lugar de Casal - Cepelos - Vale de Cambra

NIF: 502 693 665 - Pessoa Coletiva Religiosa - DR nº 71/93, de 25/03 Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Demonstração individual dos fluxos de caixa

ENTIDADE: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BAPTISTA DE CEPELOS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade monetária: euros

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes	+	261.353,40	233.480,05
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	(196.794,44)	(194.091,12)
Pagamentos ao pessoal	-	(197.126,99)	(186.752,28)
Caixa gerada pelas operações	+/=	(132.568,03)	(149.363,35)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	+/=		
Outros recebimentos/pagamentos	+/=	179.898,19	174.450,18
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1) +/=	47.330,16	25.086,83
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(2.917,55)	(10.463,34)
Ativos Intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	(703,43)	(543,37)
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos Intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+	390,18	463,21
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2) +/=	(3.230,80)	(10.543,50)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-		
Juros e gastos similares	-		
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)		
Variação de caixa e seus equivalentes	(1) + (2) + (3)	44.099,36	14.543,33
Efeito das diferenças de câmbio	+/=		
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	116.237,84	101.694,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	160.337,20	116.237,84

A Direção

O Contabilista Certificado

João Manuel Martins
Pe Joaquim Valente Marques
Maria Benedita Soares Fernandes
Maria Benedita Soares Fernandes
Albino Jorge Taveira Ferreira
Albino Jorge Taveira Ferreira

António Alberto Gomes de Pinho CC Nº 20872

Anexo

1. Identificação da Entidade

Designação:	Centro Social Paroquial de São João Baptista de Cepelos
Constituída sob a forma de:	Pessoa Coletiva Religiosa
Reconhecida como:	Instituição Particular de Solidariedade Social
Fundação:	24 de novembro de 1991
Início de atividade:	novembro de 2000
Registo como IPSS:	Livro nº 4 das Fundações de Solidariedade Social, inscrição 76/92, fls 197, de 20 de janeiro de 1992
Utilidade pública:	Diário da República nº 71/1993, de 25 de março
NIPC:	502 693 665
Sede:	Lugar de Casal Cepelos 3730-102 Vale de Cambra
Endereço de mail:	centropc@sapo.pt
Atividades:	Atividades de apoio social para pessoas idosas com ou sem alojamento Atividades de apoio social sem alojamento
Período das DF's:	1 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018
Moeda:	Euro
Arredondamento utilizado:	2 casas decimais

Missão: Dentro dos fins canônicos de piedade, apostolado e caridade, o Centro Social Paroquial tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, num espírito de solidariedade humana, social e cristã.

Modo de atuação: O Centro Social Paroquial deve ter presente na sua atuação o conceito unitário e global da pessoa humana, o respeito pela sua dignidade, o aperfeiçoamento cultural, espiritual e moral de todos os paroquianos, o espírito de convivência e a consciência de que é um serviço da paróquia, como comunidade cristã, devendo pois proporcionar, com respeito pela liberdade de consciência, formação cristã aos seus utentes.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2018 as demonstrações financeiras (DF) foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Centro Social Paroquial de São João Baptista de Cepelos, adiante designado por Centro Social Paroquial ou simplesmente Entidade, e de acordo com a Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL). Supletivamente foi também tido em conta, as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e Normas interpretativas (NI), constantes do Sistema de normalização contabilística (SNC), sendo ainda e também supletivamente aplicadas as Normas internacionais de contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB, assim como as respetivas Interpretações técnicas (SIC/IFRIC).

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade da Entidade, relativamente à sua atividade.

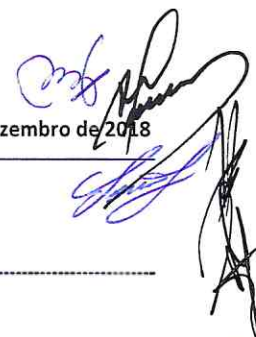
A informação financeira apresentada neste ANEXO é perfeitamente comparável com a do ano anterior.

Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e respetivos efeitos

Não existiram, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do período de 2017.



3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As DF foram preparadas de acordo com as *bases de apresentação das demonstrações financeiras* (BADF).

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Centro Social Paroquial na elaboração das DF foram as seguintes:



3.1.1. Continuidade

As DF foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, o Centro Social Paroquial continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do setor não lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir a sua missão, conforme estratégia definida pela instituição.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas devedores e credores por acréscimos e diferimentos, sendo reconhecidas na face do balanço em “outros ativos corrente”, “outros passivos correntes” e “diferimentos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As DF estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste *anexo*. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou do erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas DF. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas DF podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste *anexo*.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens do *balanço* e da *demonstração de resultados*, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento, exceto quando a compensação reflita a substância da transação ou outro acontecimento.

Assim, nas DF em relato, excetua-se à regra geral de não compensação, a apresentação dos gastos relacionados com provisões (conforme nota 9) que, na *demonstração dos resultados*, de acordo com o parágrafo 13.22 da NCRF-ESNL, serão apresentados líquidos das quantias reconhecidas dos reembolsos que lhes estejam associados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa, referente ao período anterior, deve ser divulgada nas *demonstrações financeiras*. Respeitando o *princípio da continuidade* do Centro Social Paroquial, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.1.7. Ativos fixos tangíveis

Os *ativos fixos tangíveis* encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos de compra não reembolsáveis, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e nas condições

necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação. São ainda deduzidos a estes valores quaisquer descontos ou abatimentos concedidos pelos respetivos fornecedores.

Os ativos que foram atribuídos ao Centro Social Paroquial a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada. Os valores apresentados na tabela abaixo, representam a média ponderada das taxas de cada item e os correspondentes números de anos:

Conta	Descrição	Nr de Anos	Taxa Média
4331	Terrenos e recursos naturais		0,0%
4332	Edifícios e outras construções	8	12,6%
4333	Equipamento básico	5	22,1%
4335	Equipamento administrativo	5	21,8%
4334	Equipamento de transporte	5	19,3%

O Centro Social Paroquial revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista, procedendo ao reconhecimento que se mostrar necessário, caso as expectativas sejam diferentes face às estimativas iniciais.

As mais ou menos valias provenientes da venda de *ativos fixos tangíveis* são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo a mais e menos valia espelhada na *demonstração dos resultados* nas rubricas *outros rendimentos e ganhos* ou *outros gastos e perdas*, respetivamente.

Os bens não afetos à atividade social, normalmente designados como propriedades de investimento, se existirem, incluem terrenos rústicos, edifícios e outras construções, e são detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços

Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente da instituição.

Atribui-se às designadas propriedades de investimento um tratamento semelhante ao já descrito para os AFT, seguindo o pressuposto do § 7.5 da NCRF-ESNL.

3.1.8. Bens do património histórico, artístico e cultural

Os bens do património histórico, artístico e cultural, se existirem, serão valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que forem atribuídos ao Centro Social Paroquial a título gratuito serão mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estiverem segurados ou ao valor pelo qual figurarem na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, e sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também será efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta *outras variações nos fundos patrimoniais*.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto dos bens têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registados numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciadas, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.1.9. Ativos intangíveis

Todos os ativos intangíveis detidos pela entidade são bens com vida útil definida.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que os mesmos permitam o desenvolvimento de atividades presentes e futuras para o Centro Social Paroquial, que possam

ser mensurados com fiabilidade e que cumpram os demais critérios de reconhecimento definidos na normalização contabilística aplicável.

São registadas como gastos do período as *despesas de investigação* incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Centro Social Paroquial demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Conta	Descrição	Nr de Anos	Taxa Média
4423	Programas de computador	4	25,0%

O Centro Social Paroquial determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos quanto à sua razoabilidade anualmente.

O valor residual de um *ativo intangível* com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.1.10. Investimentos financeiros

Sempre que o Centro Social Paroquial tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os *investimentos financeiros* são registados pelo *método da equivalência patrimonial* (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das entidades associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *badwill* (ou *negative goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *goodwill* é registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de *balanço*, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo *goodwill* é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do seu valor líquido, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a entidade.

De acordo com a *norma contabilística e de relato financeiro 12 – imparidade de ativos*, o *goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.1.11. Inventários

Os *inventários* estão registados ao menor de entre o custo histórico de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Centro Social Paroquial adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Aos Inventários, que não sejam geralmente intermutáveis, são atribuídos custos individuais, através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso, quando existentes, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.1.12. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os *Instrumentos financeiros* com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram em dívida no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes / utentes e outras contas a receber

Os clientes, utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no balanço das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação são incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos a perda por imparidade.

Há data de relato a Centro Social Paroquial avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontram em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na NCRF-ESNL.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica *caixa e depósitos bancários* inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Os descobertos bancários, quando contratualizados, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em fornecedores e outras contas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.13. Fundos patrimoniais

A rubrica *fundos patrimoniais* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os *fundos patrimoniais* são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Centro Social Paroquial ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.14. Provisões e passivos contingentes

Periodicamente, o Centro Social Paroquial analisa eventuais obrigações presentes resultantes de acontecimentos passados, os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, o Centro Social Paroquial reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento

passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que o Centro Social Paroquial reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os *passivos contingentes* não são reconhecidos nas DF, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os *passivos contingentes*, os *ativos contingentes* também não são reconhecidos nas DF, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.15. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os *empréstimos obtidos* encontram-se registados, caso existam, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os *encargos financeiros* são reconhecidos como gastos do período, constando na *demonstração dos resultados* na rubrica *juros e gastos similares suportados*.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da *substância sobre a forma*, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os *ativos fixos tangíveis* que se encontrem no Centro Social Paroquial por via de contratos de locação financeira serão contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das *políticas contabilísticas*.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do *regime do acréscimo*. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de *fornecimentos e serviços externos*.

3.1.16. Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

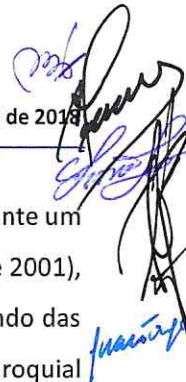
- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,0% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.



As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais do Centro Social Paroquial dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.1.17. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data de balanço e a data de aprovação das demonstrações financeiras, que afetem o valor dos ativos e passivos existentes, são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam materialmente relevantes. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em estimativas contabilísticas.

3.4. Correções de erros materiais anteriores

Não se verificaram quaisquer erros materialmente relevantes.

3.5. Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior, o Plano de contas das instituições particulares de solidariedade social (PCIPSS), publicado pelo decreto-lei n.º 78/89, de 3 de março, para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido na NCRF-ESNL, no “§ 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL”.

4. Ativos fixos tangíveis

Bens do domínio público

O Centro Social Paroquial não possui quaisquer bens do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

O Centro Social Paroquial não possui quaisquer bens do património histórico, artístico e cultural.

Ativos fixos tangíveis (Afetos à atividade social)

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis			Ativos fixos tangíveis						Ativos fixos tangíveis em curso		Totais
			Terras e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Edifícios	Terrano	
Em 01.01.2017	Quantias brutas escrituradas		10.251,91	545.838,87	120.030,25	110.429,73	11.668,94				810.210,70
	Depreciações acumuladas			-145.071,80	-114.910,33	-78.365,68	-10.768,60				-349.116,40
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas		10.251,91	400.767,07	5.119,92	41084,05	900,35				467.803,30
Movimentos do período 2017	Adições	Aquisições			2.237,20		978,50				2.915,70
		Estimativa de custos de documentação e remissão									
		Trabalhos para a própria entidade									
	Diminuições	Outras									
		Alienações									
		Abates									
	Depreciações	Outras									
Aumentos de depreciações			-14.508,34	-3.279,98	-10.304,80	-650,36				-29.743,50	
Em 31.12.2017 (01.01.2018)	Transferências										
	Reversões de depreciações										
	Quantias brutas escrituradas		10.251,91	553.834,18	122.267,54	110.429,73	12.348,44				827.828,80
	Depreciações acumuladas			-159.976,54	-116.186,81	-88.670,16	-11.416,78				-376.250,29
Perdas por imparidade acumuladas											
Quantias líquidas escrituradas		10.251,91	393.857,64	4.077,63	30.759,55	931,66				440.571,82	
Movimentos do período 2018	Adições	Aquisições			2.917,55						2.917,55
		Estimativa de custos de documentação e remissão									
		Trabalhos para a própria entidade									
	Transferências	Outras									
		De ativos tangíveis em curso									
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações		-10.000,59	-1.099,92	-10.316,30	-207,35				-22.624,16
Transferências											
Em 31.12.2018	Reversões de depreciações										
	Quantias brutas escrituradas		10.251,91	553.834,18	125.185,09	110.429,73	12.348,44				830.748,35
	Depreciações acumuladas			-175.017,70	-110.283,83	-98.980,48	-11.916,10				-406.194,14
	Perdas por imparidade acumuladas										
Quantias líquidas escrituradas		10.251,91	378.816,45	5.001,28	20.442,25	932,34				429.542,21	

5. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita			Ativos Intangíveis							Ativos Intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos Intangíveis	Totais
			Projetos de desenvolvimento		Programas de computador		Outros ativos Intangíveis					
			Serviços Internamente	Outros	Serviços Internamente	Outros	Serviços Internamente	Outros				
Em 01.01.2017	Quantias brutas escrituradas					854,95	854,95					1.709,70
	Amortizações acumuladas					-854,95	-854,95					-1.709,70
	Perdas por imparidade acumuladas											
Quantias líquidas escrituradas												
Movimentos do período 2017	Adições	Aquisições em 1º mês										
		Aquisições através de reconstruções de ativos intangíveis										
		Outras aquisições										
		Trabalhos para a própria entidade										
	Diminuições	Alienações										
		Abates										
		Outros										
	Amortizações	Aumentos de amortizações										
		Reversões de amortizações										
	Diminuições por alienações e abates											
Em 31.12.2017 (01.01.2018)	Quantias brutas escrituradas					854,95	854,95					854,95
	Amortizações acumuladas					-854,95	-854,95					-854,95
	Perdas por imparidade acumuladas											
Quantias líquidas escrituradas												
Movimentos do período 2018	Adições	Aquisições em 1º mês										
		Aquisições através de reconstruções de ativos intangíveis										
		Outras aquisições										
		Trabalhos para a própria entidade										
	Diminuições	Alienações										
		Abates										
		Outros										
	Amortizações	Aumentos de amortizações										
		Reversões de amortizações										
	Diminuições por alienações e abates											
Em 31.12.2018	Quantias brutas escrituradas					854,95	854,95					854,95
	Amortizações acumuladas					-854,95	-854,95					-854,95
	Perdas por imparidade acumuladas											
Quantias líquidas escrituradas												

6. Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

A instituição não teve quaisquer empréstimos nos períodos em análise.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica *inventários* apresentava os seguintes valores:

Inventário e consumos relativos ao período de 2017	Stock inicial	Compras	Regularizações e abates	Stock final	Perdas por imparidade	Variação da produção	Consumo
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Matérias-primas, subs. e de consumo	3.559,29	119.455,93	0,00	6.735,77	0,00		116.279,45
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	3.559,29	119.455,93	0,00	6.735,77	0,00	0,00	116.279,45
Inventário e consumos relativos ao período de 2018	Stock inicial	Compras	Regularizações e abates	Stock final	Perdas por imparidade	Variação da produção	Consumo
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Matérias-primas, subs. e de consumo	6.735,77	117.603,04	0,00	4.564,10	0,00		119.774,71
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	6.735,77	117.603,04	0,00	4.564,10	0,00	0,00	119.774,71

Nos períodos de 2017 e de 2018 não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidades, reversões de imparidades ou outros ajustamentos ao valor do inventário, por ser convicção do órgão de gestão não existir quaisquer perdas associadas ao valor dos inventários.

Não existem bens do inventário dados como penhores ou garantias a passivos.

8. Rendimentos e ganhos

Réditos

Quantias dos réditos reconhecidas no período		2018			2017		
		Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
VOLUME DE NEGÓCIOS	Vendas de bens	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
	Vendas	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
	Prestação de serviços	260.015,36	100,0%	11,7%	232.733,77	100,0%	4,2%
	Quotas dos utilizadores / mensalidades	245.364,51	94,4%	11,3%	220.490,24	94,7%	3,7%
	Quotizações e jóias	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
	Promoções para a captação de recursos	3.273,57	1,3%	219,0%	1.026,05	0,4%	-11,5%
	Serviços secundários	11.377,28	4,4%	1,4%	11.217,48	4,8%	16,5%
total do volume de negócios		260.015,36	100,0%	11,7%	232.733,77	100,0%	4,2%
OUTROS	Juros	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
	Royalties	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
	Dividendos	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
	subtotal	0,00	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%
Totais		260.015,36		11,7%	232.733,77		4,2%

Outros Rendimentos

Descrição	2018	2017	Variação	% Var
Descontos de pronto pagamento	0,07	250,57	-250,50	-100,0%
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,07	250,57	-250,50	-100,0%
Rendimentos nos restantes ativos	0,26	3,99	-3,73	-93,5%
Fundo de compensação	0,26	3,99	-3,73	-93,5%
Outros Rendimentos	8.877,36	9.550,47	-673,11	-7,0%
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	673,12	-673,12	-100,0%
Imputação de subsídios para o investimento	8.877,36	8.877,35	0,01	0,0%
TOTAL	8.877,69	9.805,03	-927,34	-9,5%

Outros gastos

Descrição	2018	2017	Variação	% Var
Descontos de pronto pagamento	0,11	0,00	0,11	100,0%
Descontos de pp concedidos	0,11	0,00	0,11	100,0%
Outros	83,18	735,41	-652,23	-88,7%
Correções relativas a exercícios anteriores	42,18	24,66	17,52	71,0%
Donativos	41,00	707,75	-666,75	-94,2%
Custos c/apoios financ. conced. associados e uten	1.263,75	1.182,89	80,86	6,8%
Medicamentos pagos a utentes	1.227,75	1.182,89	44,86	3,8%
Outras prestações pecuniárias	36,00	0,00	36,00	100,0%
TOTAL	1.347,04	1.918,93	-571,89	-29,8%

Subsídios, doações e legados à exploração

	Descrição	ERPI	SAD	C DIA	Séniore	SAF	Infância	Outros	TOTAL
2017	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	71.491,80	144.323,12	39.159,56	254.974,48	2.589,50	2.589,50	0,00	257.563,98
	Subsídios do Estado e O.E.Públicos								
	Segurança Social								
	Infância e juventude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Família e comunidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Séniore	65.895,96	137.646,00	33.102,29	236.644,25	0,00	0,00	0,00	236.644,25
	Subsídios à Exploração - Outras E. Públicas								
	Subs. à exploração - Câmara Municipal	3.358,63	3.358,63	3.568,63	10.285,89	2.293,34	2.293,34	0,00	12.579,23
	Subs. à exploração - IEFP	233,34	233,33	233,33	700,00	0,00	0,00	0,00	700,00
	Subs. à exploração - Junta de Freguesia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subs. à exploração - Instituto Português Desporto	66,66	66,66	66,68	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
	Subsídios de Outras Entidades								
	Subsídios de empresas e associações	1.079,09	1.720,31	1.220,54	4.019,94	166,43	166,43	0,00	4.186,37
	Subsídios de particulares	858,12	1.298,19	968,09	3.124,40	129,73	129,73	0,00	3.254,13
	Doações e heranças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FRSS, CORREÇÕES E DIFERIMENTOS (SEG SOCIAL)	-942,14	0,00	0,00	-942,14	0,00	0,00	0,00	-942,14
	Segurança Social (vagas sociais pendentes ppto) 2016	2.204,81	0,00	0,00	2.204,81	0,00	0,00	0,00	2.204,81
	Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Segurança Social (vagas sociais pendentes ppto) 2017	-3.146,95	0,00	0,00	-3.146,95	0,00	0,00	0,00	-3.146,95
	VALOR TOTAL	70.549,66	144.323,12	39.159,56	254.032,34	2.589,50	2.589,50	0,00	256.621,84
	Valor recebido da Segurança Social	64.953,82	137.646,00	33.102,29	235.702,11	0,00	0,00	0,00	235.702,11
2018	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	69.451,51	153.901,85	40.648,17	264.001,53	4.347,13	4.347,13	0,00	268.348,66
	Subsídios do Estado e O.E.Públicos								
	Segurança Social								
	Infância e juventude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Família e comunidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Séniore	62.992,63	146.212,30	33.773,74	242.978,67	0,00	0,00	0,00	242.978,67
	Subsídios à Exploração - Outras E. Públicas								
	Subs. à exploração - Câmara Municipal	3.880,30	3.881,30	4.000,29	11.761,89	3.905,84	3.905,84	0,00	15.667,73
	Subs. à exploração - IEFP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subs. à exploração - Junta de Freguesia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subs. à exploração - Instituto Português Desporto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subsídios de Outras Entidades								
	Subsídios de empresas e associações	1.784,19	2.515,53	1.955,41	6.255,13	317,08	317,08	0,00	6.572,21
	Subsídios de particulares	794,39	1.292,72	918,73	3.005,84	124,21	124,21	0,00	3.130,05
	Doações e heranças	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FRSS, CORREÇÕES E DIFERIMENTOS (SEG SOCIAL)	2.557,15	0,00	0,00	2.557,15	0,00	0,00	0,00	2.557,15
	Segurança Social (vagas sociais pendentes ppto) 2017	3.146,95	0,00	0,00	3.146,95	0,00	0,00	0,00	3.146,95
	Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Segurança Social (vagas sociais pendentes ppto) 2018	-589,80	0,00	0,00	-589,80	0,00	0,00	0,00	-589,80
	VALOR TOTAL	72.008,66	153.901,85	40.648,17	266.558,68	4.347,13	4.347,13	0,00	270.905,81
	Valor recebido da Segurança Social	65.549,78	146.212,30	33.773,74	245.535,82	0,00	0,00	0,00	245.535,82

Fornecimentos e serviços externos

Centro Social Paroquial de São João Baptista de Cepelos

Lugar de Casal - Cepelos - Vale de Cambra

NIF: 502 693 665 - Pessoa Coletiva Religiosa - DR nº 71/93, de 25/03 Pessoa Coletiva de Utilidade Pública



Descrição	2018	2017	Variação	% Var
Serviços especializados	31.648,32	25.297,97	6.350,35	25,1%
FSE - Trabalhos especializados	7.187,56	6.816,36	371,20	5,4%
FSE - Vigilância e segurança	290,29	0,00	290,29	100,0%
FSE - Honorários	6.621,50	7.183,40	-561,90	-7,8%
FSE - Conservação e reparação	17.415,29	11.165,13	6.250,16	56,0%
FSE - Outros	133,68	133,08	0,60	0,5%
Materiais	2.888,23	2.098,91	789,32	37,6%
FSE - Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.573,84	1.213,04	1.360,80	112,2%
FSE - Material de escritório	314,39	885,87	-571,48	-64,5%
Energia e Fluidos	36.210,32	33.775,10	2.435,22	7,2%
FSE - Eletricidade	17.894,78	17.386,25	508,53	2,9%
FSE - Combustíveis	11.281,42	10.735,49	545,93	5,1%
FSE - Água	73,56	49,04	24,52	50,0%
FSE - Outros fluidos	6.960,56	5.604,32	1.356,24	24,2%
Deslocações e Estadas	341,75	830,55	-488,80	-58,9%
FSE - Deslocações e estadas	341,75	830,55	-488,80	-58,9%
Serviços Diversos	8.925,63	6.953,11	1.972,52	28,4%
FSE - Comunicação	1.298,09	1.518,69	-220,60	-14,5%
FSE - Seguros	4.765,59	3.366,22	1.399,37	41,6%
FSE - Despesas de representação	0,00	80,00	-80,00	-100,0%
FSE - Outros serviços	2.861,95	1.988,20	873,75	43,9%
TOTAL	80.014,25	68.955,64	11.058,61	16,0%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Até 2018 não ocorreu qualquer movimento em provisões, não existindo também saldos pendentes de exercícios anteriores cujo reconhecimento fosse exigível em resultado da transição para a NCRF-ESNL, porquanto não foram identificadas situações suscetíveis de configurar uma obrigação presente para cuja liquidação seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade possa vir a ser necessário.

É convicção do órgão de gestão do Centro Social Paroquial de que não haverá quaisquer situações que justifiquem o reconhecimento de provisões.

Passivos contingentes

Há data de aprovação de contas não são conhecidos quaisquer acontecimentos que possam vir a gerar exfluxos de benefícios económicos que possam configurar a definição de passivo contingente, conforme previsto na NCRF-ESNL, pelo que não são feitas quaisquer divulgações desta natureza.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios, incluindo os não monetários – que são registados pelo justo valor ou custo corrente, no caso dos inventários são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, relacionados com rendimentos, são reconhecidos na *demonstração dos resultados*, no período a que respeitam os respetivos rendimentos e na parte proporcional dos gastos suportados. Os valores relativos a subsídios à exploração referentes aos períodos de 2017 e de 2018 estão apresentados na nota 8.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no *fundo patrimonial* e reconhecidos na *demonstração dos resultados*, proporcionalmente às depreciações / amortizações respetivas dos bens subsidiados.

A 31 de dezembro de 2017 e de 2018, o Centro Social Paroquial tinha os seguintes saldos na rubrica *subsídios ao investimento do fundo patrimonial*:

	Descrição	Saldo anterior	Reconhecidos no período no Fundo Patrimonial	Reconhecidos na Demonstração de Resultados	Ajustamentos	Saldo final
2017	Doadores públicos					
	PARES	116.539,54	0,00	-2.710,22	0,00	113.829,32
	ADRMAG	4.644,00	0,00	-108,00	0,00	4.536,00
	Doadores particulares	9.478,04	0,00	-4.739,01	0,00	4.739,03
	Outros doadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		130.661,58	0,00	-7.557,23	0,00	123.104,35
2018	Doadores públicos					
	PARES	113.829,32	0,00	-2.710,22	0,00	111.119,10
	ADRMAG	4.536,00	0,00	-108,00	0,00	4.428,00
	Doadores particulares	4.739,03	0,00	-4.739,03	0,00	0,00
	Outros doadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		123.104,35	0,00	-7.557,25	0,00	115.547,10

Para uma melhor compreensão optamos por divulgar no quadro acima os subsídios recebidos / reconhecidos provenientes de entidades públicas e de outras entidades.

O detalhe da variação da rubrica do balanço *outras variações nos fundos patrimoniais* e da coluna com o mesmo nome da *demonstração das alterações nos fundos patrimoniais* encontra-se no seguinte quadro:

Reconciliação dos valores da conta "Outras variações nos fundos patrimoniais"		Saldo anterior	Reconhecidos no período no Fundo patrimonial	Reconhecidos na demonstração de resultados	Ajustamentos	Saldo final	Variação
2017	Subsídios ao investimento						
	Conforme mapa de síntese	130.661,58	0,00	-7.557,23	0,00	123.104,35	-7.557,23
	Subtotal	130.661,58	0,00	-7.557,23	0,00	123.104,35	-7.557,23
	Doações de "Ativos depreciables ou amortizáveis"						
	De períodos anteriores	41.510,91		-1.320,12	0,00	40.190,79	-1.320,12
	Do período, de doadores particulares						
	Subtotal	41.510,91	0,00	-1.320,12	0,00	40.190,79	-1.320,12
2018	Doações de "Outros ativos"						
	De períodos anteriores	19.951,91	0,00	0,00	0,00	19.951,91	0,00
	Subtotal	19.951,91	0,00	0,00	0,00	19.951,91	0,00
	TOTAL	192.124,40	0,00	-8.877,35	0,00	183.247,05	-8.877,35
2018	Subsídios ao investimento						
	Conforme mapa de síntese	123.104,35	0,00	-7.557,25	0,00	115.547,10	-7.557,25
	Subtotal	123.104,35	0,00	-7.557,25	0,00	115.547,10	-7.557,25
	Doações de "Ativos depreciables ou amortizáveis"						
	De períodos anteriores	40.190,79		-1.320,11	0,00	38.870,68	-1.320,11
	Do período, de doadores particulares						
	Subtotal	40.190,79	0,00	-1.320,11	0,00	38.870,68	-1.320,11
2018	Doações de "Outros Ativos"						
	De períodos anteriores	19.951,91	0,00	0,00	0,00	19.951,91	0,00
	Subtotal	19.951,91	0,00	0,00	0,00	19.951,91	0,00
	TOTAL	183.247,05	0,00	-8.877,36	0,00	174.369,69	-8.877,36

11. Instrumentos financeiros

Operações em moeda estrangeira

O Centro Social Paroquial não fez quaisquer operações em moeda estrangeira nos períodos de 2017 e de 2018, pelo que não houve qualquer impacto resultante das alterações das taxas de câmbio.

Créditos a receber e outros passivos correntes

A reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade.

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2018			Período 2017		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Clientes	25.419,45	0,00	25.419,45	24.593,86	0,00	24.593,86
	Outras ativos correntes	2.481,99	0,00	2.481,99	4.313,31	0,00	4.313,31
	Adiantamentos a fornecedores	1.675,26	0,00	1.675,26	837,63	0,00	837,63
	Pessoal	0,00	0,00	0,00	80,81	0,00	80,81
	Outros devedores	806,73	0,00	806,73	3.394,87	0,00	3.394,87
		27.901,44	0,00	27.901,44	28.907,17	0,00	28.907,17
Outros Passivos Correntes	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doad	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros passivos correntes	42.924,59	0,00	42.924,59	39.199,13	0,00	39.199,13
	Adiantamentos de clientes	1.263,96	0,00	1.263,96	1.263,96	0,00	1.263,96
	Credores por acréscimos	40.684,41	0,00	40.684,41	36.964,21	0,00	36.964,21
	Outros credores	2.240,18	0,00	2.240,18	2.234,92	0,00	2.234,92
		44.188,55	0,00	44.188,55	40.463,09	0,00	40.463,09

O valor da rubrica outras contas a pagar diz respeito a credores por acréscimos, referindo-se, na quase totalidade, a gastos com o pessoal relativos ao período, mas que apenas são liquidados no período seguinte (férias, subsídios de férias e respetivos encargos sociais).

Os valores em dívida por classe de utente (valência), respetivos réditos e prazos médios de pagamento, estão apresentados no quadro seguinte:

	Descrição	Prestação de Serviços	Serviços Secundários	Outros réditos	Total	Saldo em dívida	Prazo médio recebimento
2018	01-ERPI (Estrutura residencial para idosos)	141.711,01	7.867,14	1.008,85	150.587,00	15.072,71	36,8
	03-SAD (Serviço de apoio domiciliário)	54.422,18	1.058,82	1.008,87	56.489,87	5.354,21	35,2
	04-C DIA (Centro de dia)	43.620,40	1.596,57	1.012,86	46.229,83	3.443,71	27,8
	10-SAF (Serviço de apoio à família)	5.610,92	854,75	242,99	6.708,66	284,86	16,1
	44-B. SOLID (Banco Solidário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
	total	245.364,51	11.377,28	3.273,57	260.015,36	24.155,49	34,3

Disponibilidades

Descrição	2018	2017
Caixa	3.377,94	687,97
Depósitos à Ordem	156.959,26	115.549,87
TOTAL	160.337,20	116.237,84

12. Benefícios dos empregados

Os Órgãos Sociais do Centro Social Paroquial, nos períodos de 2017 e de 2018, foram constituídos por 8 elementos, conforme artigos 13º e 20º dos estatutos da Entidade. Os Órgãos Sociais em funções no final do período em análise foram eleitos em 4 de dezembro de 2012 e são constituídos pelos seguintes membros:

Conselho Fiscal	
Presidente:	Adelino Augusto Moreira de Almeida
1º Vogal:	Rogério Brandão dos Santos
2º Vogal:	Sílvio Tavares Rodrigues Cruz
Direção	
Presidente:	Pe Joaquim Valente Martingo
Vice-Presidente:	Maria Benilde Tavares Fernandes
Tesoureiro:	Simão Dias de Sousa
Secretário:	Alberto de Almeida
Vogal:	António Jorge Tavares Ferreira

O número médio de pessoas ao serviço do Centro Social Paroquial em 2017 e em 2018 foi o seguinte:

Descrição	2018		2017		Variação		
	Nº Médio	Horas trabalhadas	Nº Médio	Horas trabalhadas	Nº Médio	Horas trabalhadas	%
Pessoal ao serviço	25,1	46.433,4	24,8	45.774,3	0,3	659,1	1,2% / 1,4%
Total	25,1	46.433,4	24,8	45.774,3	0,3	659,1	1,2% / 1,4%

Os gastos em que o Centro Social Paroquial incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017	Variação	%
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00	0,00	0,0%
Remunerações do pessoal	232.006,27	222.719,19	9.287,08	4,2%
<i>Remunerações certas</i>				
<i>Sujeitas a contribuições para a Segurança Social (a)</i>	218.370,22	209.824,82	8.545,40	4,1%
<i>Remunerações adicionais</i>				
<i>Sujeitas a contribuições para a Segurança Social (a)</i>	13.636,05	12.894,37	741,68	5,8%
<i>Isentas</i>	0,00	0,00	0,00	100,0%
Indemnizações	87,00	640,55	-553,55	-86,4%
<i>Indemnizações</i>				
<i>Sujeitas a contribuições para a Segurança Social (a)</i>	0,00	640,55	-640,55	-100,0%
Encargos sobre remunerações	51.823,64	49.784,93	2.038,71	4,1%
<i>Taxa social única (b)</i>	51.770,11	49.740,76	2.029,35	4,1%
<i>Fundo Compensação FGCT</i>	53,53	44,17	9,36	21,2%
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.825,74	2.012,72	-186,98	-9,3%
<i>Seg acidentes trabalho - Trabalhadores</i>	1.825,74	2.012,72	-186,98	-9,3%
Gastos de ação social	568,00	224,00	344,00	153,6%
<i>Convívio do pessoal</i>	568,00	224,00	344,00	153,6%
Outros gastos com o pessoal	2.560,91	2.016,36	544,55	27,0%
<i>Formação</i>	65,00	1.092,52	-1.027,52	-94,1%
<i>Ofertas ao pessoal</i>	130,00	8,50	121,50	1429,4%
<i>Fardamentos</i>	1.622,41	342,34	1.280,07	373,9%
<i>SHST</i>	743,50	573,00	170,50	29,8%
Total	288.871,56	277.397,75	11.473,81	4,1%
Total de gastos com o pessoal sujeitos a taxa contributiva (a)	232.006,27	223.359,74	8.646,53	3,9%
Taxa contributiva média (b/a)	22,3%	22,3%		

13. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas DF de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente *anexo*, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As DF para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção em 28 de março de 2019, sendo opinião da Direção que estas DF refletem de forma verdadeira e apropriada as operações bem como a sua posição e performance financeira, o desempenho e fluxos de caixa da Entidade.

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O Centro Social Paroquial não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação do Centro Social Paroquial perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos financeiros

Nos períodos de 2017 e de 2018 o Centro Social Paroquial detinha os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros	481,10	216,12
Fundo de Compensação do Trabalho	481,10	216,12
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
TOTAL	481,10	216,12

15.2. Diferimentos

Centro Social Paroquial de São João Baptista de Cepelos

Lugar de Casal - Cepelos – Vale de Cambra

NIF: 502 693 665 - Pessoa Coletiva Religiosa – DR nº 71/93, de 25/03 Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, a rubrica *diferimentos* englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
GASTOS A RECONHECER		
Seguros viaturas	289,01	267,80
Seguros multiriscos	703,44	773,97
Seguros acidentes, vida e doença	634,73	881,57
Trabalhos especializados	123,00	418,20
TOTAL	1.750,18	2.341,54

15.3. Estado e outros entes públicos

A rubrica de *estado e outros entes públicos* está dividida da seguinte forma:

Descrição	Período 2018		Período 2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenção de impostos sobre o rendimento				
IRS trabalho dependente		820,00		682,00
IRS rendimentos empresariais e profissionais		83,09		93,61
IRS rendimentos prediais				
Imposto sobre o valor acrescentado				
A pagar				
Suportado	3.175,00		1.627,41	
Reembolsos pedidos			1.514,40	
Contribuições para a Segurança Social				
Aveiro		5.875,47		5.536,64
Total	3.175,00	6.778,56	3.141,81	6.312,25

15.4. Gastos / reversões de depreciações e amortizações

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2018, foram reconhecidos na demonstração de resultados os seguintes gastos:

	Descrição	Depreciações e amortizações anteriores	Reconhecidos na demonstração dos resultados	Reversões / transferências / alienações / abates	Acumulado no final do período
2017	Ativos fixos tangíveis				
	Edifícios e outras construções	145.071,80	14.906,34	0,00	159.978,14
	Equipamento básico	114.910,33	3.279,58	0,00	118.189,91
	Equipamento de transporte	78.365,68	10.304,50	0,00	88.670,18
	Equipamento administrativo	10.768,59	650,16	0,00	11.418,75
	Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	349.116,40	29.140,58	0,00	378.256,98
	Ativos intangíveis				
	Programas de computador	854,85	0,00	0,00	854,85
	Subtotal	854,85	0,00	0,00	854,85
	TOTAL	349.971,25	29.140,58	0,00	379.111,83
2018	Ativos fixos tangíveis				
	Edifícios e outras construções	159.978,14	15.039,59	0,00	175.017,73
	Equipamento básico	118.189,91	1.093,92	0,00	119.283,83
	Equipamento de transporte	88.670,18	10.316,30	0,00	98.986,48
	Equipamento administrativo	11.418,75	397,35	0,00	11.816,10
	Outros activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	378.256,98	26.847,16	0,00	405.104,14
	Ativos intangíveis				
	Programas de computador	854,85	0,00	0,00	854,85
	Subtotal	854,85	0,00	0,00	854,85
	TOTAL	379.111,83	26.847,16	0,00	405.958,99

Cepelos, 28 de março de 2019

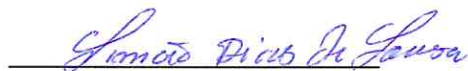
A Direção



Pe Joaquim Valente Martingo



Maria Benilde Tavares Fernandes



Simão Dias de Sousa



Alberto de Almeida



António Jorge Tavares Ferreira

O Contabilista Certificado



António Alberto Gomes de Pinho, CC nº 20572